



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

Comissão Especial

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 240/2023

Autoria: Deputado Dr.George Lins

Relator: Deputado Delegado Péricles

CONCEDE o Título de Cidadão do Amazonas ao DOUTOR TÚLIO DE OLIVEIRA DORINHO, JUIZ DE DIREITO.

I - RELATÓRIO:

Submete-se à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei nº 240/2023, de autoria do Ilustre Deputado Dr. George Lins que concede o Título de Cidadão do Amazonas ao Doutor Túlio de Oliveira Dorinho.

A proposição foi apresentada no dia 15 de março de 2023, não tendo recebido emendas.

Ato contínuo, vieram-me os autos para emissão de parecer, nos termos do art.26, inciso II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

É o breve relatório, Passo a opinar.

II – FUNDAMENTAÇÃO:

Primeiramente, é oportuno salientar que compete a esta Comissão Especial o exame do aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e da técnica legislativa de proposições que lhe sejam encaminhadas, nos termos do art.27, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno desta Casa.

Nesse sentido, após detida análise dos autos, verifica-se que a proposta legislativa em epígrafe, tem como finalidade conceder o título de Cidadão do





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

Comissão Especial

Amazonas ao Doutor Túlio de Oliveira Dorinho, em reconhecimento aos serviços inestimáveis que vem prestando ao nosso Estado.

O homenageado nasceu na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais, em 13 de setembro de 1982, o juiz Túlio de Oliveira Dorinho, hoje radicado no Estado do Amazonas com sua família, desenvolve um trabalho reconhecidamente importante para os postulados de acesso à Justiça, em nome dos sagrados Direitos Humanos, junto a população amazonense.

Túlio Dorinho é mestrando em Direito pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), exercendo atividades de pesquisa na seguinte área: "Constitucionalismo e Direitos na Amazônia", na linha de pesquisa "Mecanismos e Processos de Efetivação de Direitos", sob orientação dos Professores Dr. Roger Luiz Paz de Almeida e Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas.

É Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2007); Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJ/AM); Juiz Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE/AM); Professor convidado da Escola Superior da Magistratura do Amazonas e professor da Escola Judicial Eleitoral - TRE/AM.

O título de Cidadão do Amazonas é regulamentado pela Resolução Legislativa de nº 71 de 10 de dezembro de 1977 e é concedido à pessoas que de forma direta e pessoal tenham prestado um relevante serviço ao Estado e ao povo do Amazonas e possuam conduta ilibada.

A propositura em questão preenche os requisitos elencados no artigo L", inciso I, alíneas a e c da Resolução Legislativa nº 71 de dezembro de 1977¹.

Assim, no que tange à constitucionalidade e juridicidade, verifica-se que o tema tratado no Projeto de Lei em análise, situa-se no âmbito da competência

¹ Art. 1º. Para a concessão de título honorífico da cidadania, serão exigidos dos candidatos os seguintes requisitos e obedecidas as normas abaixo: I – O título de Cidadão do Amazonas será concedido à pessoa que: a) hajam prestado, ao Estado, e ao povo, relevantes serviços, em qualquer campo de atividade, pessoal e diretamente; b) possua caráter esmerado e conduta ilibada;





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

Comissão Especial

concorrente, estabelecida à União, aos Estados e ao Distrito Federal, nos termos do art.24, inciso IX, da Constituição Federal de 1988 e do art. 18, inciso IX, da Constituição Amazonense².

Ademais, salienta-se que, nestes casos, a competência da União limita-se a estabelecer normas gerais, fato este que não exclui a competência suplementar dos Estados para legislar sobre a matéria, conforme parágrafos primeiro e segundo, da norma constitucional supramencionada, não havendo, portanto, impedimentos de ordem constitucional para edição de lei estadual sobre a proposição em tela.

Com relação à competência para a iniciativa do processo legislativo, também não se vislumbrou óbices para a deflagração do presente projeto por membro desta Casa Legislativa, nos termos do art. 33 da Constituição do Estado e do art. 87, inciso I, do Regimento interno deste Poder Legislativo³.

III – CONCLUSÃO:

Diante do exposto, considerando que o presente projeto atende os requisitos formais exigidos pela ordem constitucional e legal, **MANIFESTO VOTO FAVORÁVEL** ao prosseguimento do Projeto de Lei nº 240/2023, de autoria do Deputado Dr. George Lins, conclamando aos nobres pares desta Comissão Especial e ao Plenário desta Casa idêntico voto.

É o parecer.

Manaus, 23 de maio de 2023.

DEPUTADO DELEGADO PÉRICLES

Relator

² Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: IX – educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

³ Art. 33. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça, ao Defensor-Geral, ao Tribunal de Contas do Estado e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

FRANCISCO DO NASCIMENTO GOMES - DEPUTADO(A) - EM 24/05/2023 13:22:24
CARLOS EDUARDO BESSA DE SA - EM 24/05/2023 07:49:47
PERICLES RODRIGUES DO NASCIMENTO - EM 23/05/2023 13:15:22

